

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 10, Número 2, Novembro de 2021

Judicialização da política, ativismo judicial e tensões institucionais

José Eduardo Faria

Como as políticas personalistas estão mudando as democracias

Erica Frantz, Andrea Kendall-Taylor, Carisa Nietzsche e Joseph Wright

A AMÉRICA LATINA EM ERUPÇÃO

Quando se consolida o autoritarismo competitivo?

*V. Ximena Velasco Guachalla, Calla Hummel,
Sam Handlin e Amy Erica Smith*

A AMÉRICA LATINA EM ERUPÇÃO

A refundação do Chile

Claudia Heiss

A China na ONU: sufocando a sociedade civil

Rana Siu Inboden

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 10,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2021
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Tem o Judiciário no Brasil exorbitado dos poderes que lhe dá a Constituição, legislando em lugar de aplicar as leis? Esta é a questão que José Eduardo Faria, professor titular de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP, se propõe a responder em artigo especialmente escrito para esta edição do Journal.

Nela, o leitor também encontra textos sobre o crescente personalismo da política nos sistemas democráticos, baseado em dados colhidos em mais de cem países, tendência que os autores veem com preocupação, e sobre a Assembleia Constitucional em andamento no Chile, vista com otimismo pela autora.

Completam a edição um artigo sobre as fases que percorrem os países que deslizam da democracia para o chamado autoritarismo competitivo, útil como ferramenta de análise e bússola de navegação no mundo de hoje, e outro sobre a asfixia das ONGs de direitos humanos pela China na Organização das Nações Unidas.

No primeiro artigo, José Eduardo Faria analisa as críticas de que o STF estaria resvalando no ativismo judicial e na judicialização da política. “Não há norma sem sentido, não existe sentido sem interpretação e toda interpretação encerra alguma subjetividade na fixação do sentido das normas. E isso, no limite, faria com que a adjudicação se convertesse num campo de enfrentamento não apenas técnico-legal e doutrinário, mas até mesmo político, uma vez que juízes podem optar pelas mais variadas interpretações para fundamentar decisões que consideram justas”, escreve.

A política está se tornando mais personalista também nas democracias? Para responder a esta pergunta, quatro acadêmicos norte-americanos compilaram dados de 106 democracias de 1991 a 2020 para criar um índice de personalismo. “Todos os sistemas políticos possuem algum grau de personalismo (...) mas novos dados que capturam os níveis de personalis-

mo em Estados democráticos sugerem que esta é uma tendência também neles. Embora possa ser temporária, os fatores e as consequências dessa dinâmica indicam que há motivos para preocupação”, alertam.

No terceiro artigo, quatro cientistas políticos que atuam na Europa e nos EUA investigam por que alguns aspirantes a líder autoritário prosperaram enquanto outros fracassam. “O autoritarismo competitivo se apoia em três pilares — sociedade civil, elites políticas e forças de segurança — que os regimes constroem e buscam continuamente estabilizar. Embora a perda dos últimos dois pilares represente a ameaça mais terrível e direta para um autocrata, perder o apoio da sociedade civil também pode ser fortemente desestabilizador”, escrevem.

No quarto texto, a professora Claudia Heiss (Universidade do Chile) defende a ideia de que a elaboração de uma nova Constituição por uma assembleia eleita para esse fim — e que espelha a diversidade da sociedade chilena — poderá significar a revitalização da democracia no Chile. “É uma tentativa de canalizar um momento constituinte que pode melhorar o caráter democrático das instituições políticas de uma maneira democrática, preservando a paz civil e evitando a ruptura institucional. (...) Ou esse processo resultará em uma política mais polarizada e uma crise mais profunda das instituições, como temem alguns?”, indaga.

No último artigo, a pesquisadora Rana Siu Inboden (Universidade do Texas) revela a estratégia chinesa de sufocamento da sociedade civil no comitê que confere às ONGs status consultivo no Conselho de Direitos Humanos da ONU. “Uma análise das atas do Comitê de 2016 a 2019 revela que a China foi o país que mais se utilizou de questionamentos para atrasar e bloquear requerimentos da sociedade civil. Mas ela não age sozinha. Outras nações repressivas costumam unir-se a Pequim, umas protegendo às outras”, escreve a especialista.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

A AMÉRICA LATINA EM ERUPÇÃO

Quando se consolida o autoritarismo competitivo?

*V. Ximena Velasco Guachalla, Calla Hummel, Sam Handlin e
Amy Erica Smith*

V. Ximena Velasco Guachalla é professora-assistente de ciência política da Universidade de Essex. Calla Hummel é professora-assistente de ciência política da Universidade de Miami. Sam Handlin é professor associado de ciência política do Swarthmore College. Amy Erica Smith é professora associada de ciência política da Universidade Estadual de Iowa e bolsista Andrew Carnegie 2020.

Quando os bolivianos elegeram Evo Morales como o primeiro presidente de origem indígena do país, em 2005, celebraram a eleição como um marco da consolidação da democracia pela América Latina. Quando Morales aboliu os limites de mandato e usou os recursos do Estado para disputar um quarto mandato em 2019, suas ações se somaram a um temor crescente de que a democracia estava sob ameaça no continente americano. As últimas duas décadas testemunharam uma onda de presidentes iliberais eleitos, com Nicolás Maduro na Venezuela, Andrés Manuel López Obrador no México, Jair Bolsonaro no Brasil e Nayib Bukele em El Salvador entre os mais recentes. Ainda assim, 22 anos após a ascensão de Hugo Chávez ao poder, apenas alguns

países seguiram a trilha da Venezuela e se tornaram um regime autoritário. Em alguns casos em que os eleitores elegeram líderes potencialmente autoritários, a erosão democrática efetiva foi mínima, como na Colômbia. Em outros, a transição para o autoritarismo ocorreu, mas foi prontamente revertida, como na Bolívia.

O que explica esses diferentes resultados? Em particular, por que alguns autoritários aspirantes prosperam e outros fracassam? Essas questões permanecem sem resposta porque os acadêmicos focam em como líderes potencialmente autoritários chegam ao poder e minam a democracia e não em como eles consolidam novos regimes autoritários competitivos. As metáforas da “erosão” ou do “retrocesso” democrático enxergam a democracia como uma terra a ser alcançada e dominada. Imaginam transições autoritárias como entropia e desordem: tirar o pé do acelerador ou desmontar instituições antes sólidas. Em contraste, vemos a construção do autoritarismo competitivo como um esforço penoso, massivo e estratégico de empreendedorismo político.

Comparações entre três casos de tumulto, transições de regime e consolidação — Brasil, Bolívia e Venezuela — ajudam a entender por que alguns aspirantes a autocrata na América Latina conseguiram estabelecer um regime autoritário competitivo, mas a maioria fracassou nas últimas décadas. Esses casos ilustram três resultados: erosão democrática, transição para um autoritarismo competitivo e autoritarismo competitivo estável.¹ Embora esses resultados possam representar estágios sequenciais em um processo que levará a um autoritarismo competitivo, os países podem permanecer nos dois primeiros estágios ou até mesmo reverter esse processo.

O autoritarismo competitivo se apoia em três pilares — sociedade civil, elites políticas e forças de segurança — que os regimes constroem e buscam continuamente estabilizar. Embora a perda dos últimos dois pilares represente a ameaça mais terrível e direta para um auto-

crata, perder o apoio da sociedade civil também pode ser fortemente desestabilizador. De fato, a sociedade civil e a política de massas podem desempenhar um papel-chave no apoio ou na ruptura da transição inicial para um autoritarismo competitivo ou de sua consolidação.

A Bolívia viveu uma transição para um regime autoritário competitivo a partir de 2016, durante o terceiro mandato de Morales — um resultado que levou o governo a mudar as regras do jogo para prejudicar opositores e construir uma coalizão de apoio a seu regime pouco democrático. Os esforços de Morales para consolidar aquele regime, no entanto, foram por fim minados por suas tentativas de eliminar os limites de mandato. Após a renúncia forçada de Morales em 2019, após contestação do resultado das eleições, a administração de sua sucessora de direita, a presidente interina Jeanine Áñez, fracassou igualmente em sua tentativa de consolidar um novo regime autoritário competitivo. Chegando ao poder no meio de uma crise, Áñez inicialmente dispunha de apoio das elites de oposição, mas não do apoio da população, e não chegou a construir uma coalizão em massa que pudesse apoiar seu regime não democrático, eleitoralmente ou nas ruas. Nesse contexto, grupos da sociedade civil e partidos políticos aliados puderam garantir eleições democráticas, livres e justas em outubro de 2020. Portanto, os desafios da consolidação de um autoritarismo competitivo — desafios enfrentados tanto pela direita quanto pela esquerda — criaram oportunidades para a democratização, que grupos fortemente organizados da sociedade civil da Bolívia souberam aproveitar em ambas as ocasiões.

O fracasso do autoritarismo competitivo na Bolívia contrasta com a situação de outros dois casos latino-americanos, o Brasil de Bolsonaro e a Venezuela sob Chávez e Maduro. Diferentemente de Morales, Bolsonaro não foi capaz de dar início a uma transição para um regime autoritário competitivo. Sem maioria no Congresso, enfrentando protestos contra sua gestão desastrosa da pandemia da Covid-19 e incapaz

de mobilizar grandes grupos da sociedade civil, Bolsonaro não conseguiu obter o apoio da elite para eliminar mecanismos de controle sobre seus poderes. Na Venezuela, em contraste, Chávez conseguiu estabelecer um regime autoritário competitivo estável em parte porque removeu os limites de mandato e institucionalizou a participação do exército na distribuição de cargos e recursos estatais, ao mesmo tempo em que lidava e controlava a oposição organizada.

A erosão da democracia e a construção da autocracia

Governos autoritários abraçaram as eleições competitivas após a Guerra Fria, em grande medida em resposta às mudanças nas normas internacionais que recompensavam regimes que estabelecessem, ao menos superficialmente, instituições democráticas.² Democracias frágeis mantiveram eleições pelo mesmo motivo. Atualmente, as eleições são um instituto quase universal tanto em democracias quanto em autocracias no continente americano. Nesse contexto, podemos categorizar os regimes contemporâneos em um contínuo, de democracia plena ao autoritarismo competitivo, dependendo da natureza de suas eleições e liberdades civis.

Como explicam Steven Levitsky e Lucan Way, um regime autoritário competitivo não é democrático, mas, ainda assim, realiza regularmente eleições competitivas, nas quais partidos de oposição possuem chance de vencer. Regimes autoritários competitivos e democracias têm como característica comum a *incerteza* — nem os atuais mandatários nem seus opositores conhecem a priori o resultado no início da campanha.³ Em regimes autoritários competitivos, no entanto, o “abuso do Estado pelos atuais mandatários viola ao menos um dos três atributos essenciais de uma democracia: (1) eleições livres, (2) proteção ampla das liberdades civis, e (3) condições minimamente equitativas”.⁴ Podemos pensar em autoritarismo competitivo como

um tipo de regime no qual os atuais mandatários usam os recursos à sua disposição para reduzir a incerteza eleitoral. Líderes autoritários competitivos sacrificam a certeza eleitoral em busca de legitimidade interna e internacional, incluindo o pertencimento a organizações internacionais que exigem formalmente instituições democráticas.

Por que democracias se tornam autoritarismos competitivos, e então se estabilizam ou se tornam democracias novamente? Definimos os regimes autoritários competitivos como “estáveis” se sobrevivem a pelo menos dois ciclos eleitorais após suas transições iniciais. Embora mencionemos o processo de estabilização como “consolidação”, a comparação com a “consolidação democrática” é parcial: uma autocracia nunca se torna “o único jogo possível” nos regimes autoritários competitivos.⁵ Todos esses regimes enfrentam contínuos protestos de opositores, sejam de forças pró-democracia ou de potenciais autocratas rivais.

Ao longo das últimas duas décadas, muitos países da América Latina elegeram presidentes com tendências claramente autoritárias que passaram a atacar os mecanismos democráticos de freios e contrapesos. Dividimos esses casos em três categorias. Em casos como o da Colômbia sob Álvaro Uribe e do Brasil sob Bolsonaro (até o momento), ocorreu alguma erosão democrática, mas não chegou a atingir o nível que indicaria uma transição para um autoritarismo competitivo. Um segundo conjunto de países, exemplificado pela Bolívia sob Morales e o Equador sob Rafael Correa, uma transição para um autoritarismo competitivo ocorreu, mas foi revertida antes de completar dois ciclos eleitorais completos. No terceiro conjunto, presidentes como Chávez e Maduro na Venezuela e Daniel Ortega na Nicarágua instalaram regimes autoritários competitivos estáveis.

Esses resultados contrastantes levantam duas questões. Em primeiro lugar, que variáveis e processos determinam se um país vivendo uma erosão democrática de fato se transformará em um autoritarismo

competitivo? Em segundo lugar, o que determina se essa transição cria raízes, consolidando um regime autoritário competitivo estável?

Como líderes autoritários prosperam

A eleição de líderes populistas com tendências autoritárias não é algo novo na América Latina — assim como a ruptura democrática. Estudos que se seguiram às ondas autocráticas na região nos anos 1960 e 1970 analisaram os fracassos de líderes democráticos que foram depostos por meio de golpes de Estado e regimes militares.⁶ Arturo Valenzuela, por exemplo, argumenta que, no início dos anos 1970, “a incapacidade [dos políticos chilenos] de encontrar soluções conciliatórias [...] e a contínua erosão do controle das lideranças sobre seus seguidores” acabou levando-os a buscar a ajuda dos supostamente neutros militares — com consequências desastrosas para o sistema democrático.⁷ Mas as lições dessa literatura, focada principalmente na “morte súbita” da democracia via golpe de Estado, não explica como os autoritários aspirantes contemporâneos orquestram a “morte lenta” da erosão democrática.

O que leva as democracias à beira do abismo a ultrapassar o limite em uma era marcada pelo que Nancy Bermeo chamou de “engrandecimento do Executivo”?⁸ Acadêmicos da atualidade lançaram uma série de hipóteses: por exemplo, a força das instituições de *accountability* horizontal, as decisões das elites políticas e as escolhas estratégicas da oposição.⁹ Um fator surpreendentemente subestimado é a popularidade do autoritário aspirante entre as massas e a sociedade civil. O caso boliviano mostra a dificuldade extrema de mobilizar uma efetiva resistência legislativa e judiciária quando o autoritário aspirante goza do apoio constante de uma maioria eleitoral por uma década ou mais e consegue mobilizar o apoio da maioria dos grupos organizados da sociedade civil. Em proporção maior do que outros autocratas, aspi-

rantes a autocrata competitivo dependem dos caprichos da opinião pública. Da ocupação das redações e tuítes divisivos à distribuição clientelista de alimentos e dinheiro, comportam-se como se seus destinos dependessem de seu índice de popularidade. Sob Morales, alta popularidade, largas margens de vitória nas urnas e ligações com a sociedade civil organizada permitiram ao líder assumir o controle sobre os poderes, desmantelando os mecanismos de controle sobre sua autoridade. A oposição, fraca e dividida, não dispunha dos mesmos recursos, o que apenas aumentava o sucesso de Morales.

Líderes autoritários mobilizam seus cidadãos para uma vasta gama de propósitos. Pesquisas recentes mostram que, entre 2003 e 2015, 13% dos protestos em regimes autoritários no mundo todo foram organizados pelos próprios governantes autocráticos.¹⁰ Frequentemente, líderes autoritários mobilizam protestos como oposição ou antecipação a movimentos da oposição.

O caso boliviano segue em parte esses padrões. As organizações da sociedade civil que serviram de aliados-chave para o governo Morales são anteriores a ele; embora inicialmente o apoiassem, não eram inquestionavelmente leais a Morales. A sociedade civil

Da ocupação das redações e tuítes divisivos à distribuição clientelista de alimentos e dinheiro, líderes autoritários comportam-se como se seus destinos dependessem de seu índice de popularidade.

boliviana é uma das mais organizadas do mundo: a Revolução de 1952, a Lei de Participação Popular de 2009 e a Constituição de 2009 contribuíram para a construção de confederações nacionais de agricultores, proprietários de imóveis, pequenos comerciantes, estudantes e comunidades indígenas. Antes de ingressar na política eleitoral, Morales fez carreira na federação dos cocaleiros da região de Chapare, que defendia a legalização do plantio de coca. Durante múltiplos ciclos

de protestos, essas poderosas confederações da sociedade civil lançaram um partido político para promover sua agenda política e traduzir seu poder de mobilização em poder político, criando o Movimento ao Socialismo (MAS).¹¹ Na esteira do pleito de 2005 que elegeu Morales pelo MAS, com mais de 50% dos votos em uma eleição disputada, ele conquistou a maioria no Congresso e o apoio integral de grande parte das organizações da sociedade civil. Ele venceu facilmente a reeleição em 2009 e em 2014, aumentando sua margem de vitória e a maioria legislativa de seu partido.

As ambições autoritárias de Morales e a maneira divisiva com a qual lidava com as demandas dos movimentos sociais e de potenciais rivais ajudaram-no a consolidar o poder no curto prazo, mas, em última medida, levaram à sua queda.¹² Uma cisão importante em sua coalizão emergiu em 2010, quando a administração propôs uma rodovia passando pela Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS) para levar produtos agrícolas e outros bens aos mercados urbanos, contrapondo os cocaleiros do MAS a grupos indígenas. A disputa em torno da rodovia causou uma fissura entre líderes indígenas influentes e o governo e atraiu críticas por toda a Bolívia por conta da violência policial contra os manifestantes indígenas. Embora o governo de Morales tenha permanecido relativamente forte após os protestos da TIPNIS, vários antigos apoiadores do MAS e líderes indígenas fundaram novas organizações de oposição.

Seguindo um padrão típico de mobilização autoritária de movimentos sociais, a administração Morales desenvolveu uma política de divisão estratégica para administrar as demandas de eleitores da sociedade civil, em particular a partir de 2010.¹³ O governo promoveu ofertas de dinheiro e influência para dobrar organizações combativas em negociações a portas fechadas e persuadi-las a se abster de fazer oposição direta. Quando as organizações rejeitavam essas táticas, o MAS oferecia incentivos a líderes que fundaram versões pró-governo

dessas organizações, dividindo grupos anteriormente unidos. Os grupos independentes que surgiram dessas cisões tornaram-se importantes contrapesos em manifestações de rua e campanhas eleitorais.

Ao longo de vários mandatos presidenciais, um apoio em massa eleitoral e da sociedade civil garantiu ao aspirante a autocrata as maiorias necessárias para mexer nas instituições que poderiam se opor a seu projeto. O controle sobre as instituições mostrou-se fundamental quando a administração Morales propôs emendas à Constituição em 2016 que permitiriam a Morales disputar um terceiro mandato consecutivo sob a Constituição de 2009, o quarto desde sua primeira eleição. Pela primeira vez, o apoio em massa a Morales caiu significativamente e, em 21 de fevereiro de 2016, a maioria dos eleitores bolivianos rejeitou um quarto mandato. Morales então submeteu as emendas ao Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia, que ele havia aparelhado anos antes com a nomeação de juízes favoráveis ao governo. Em setembro de 2017, sua corte aboliu completamente os limites de mandato, alegando que violavam os direitos humanos de Morales, dando a ele farol verde para disputar nova reeleição em 2019. A decisão do Tribunal Constitucional marcou a transição do país para o autoritarismo competitivo. Morales havia conseguido remoldar instituições previamente independentes para reescrever as regras eleitorais e passar por cima da preferência declarada da maioria.

Frustrando a guinada autocrática no Brasil

No fim de 2018, a democracia brasileira parecia gravemente em perigo. Os escândalos revelados pela Operação Lava Jato em 2014 haviam se espalhado por toda a classe política, tornando-se o maior esquema de corrupção já descoberto e derrubando membros de todos os grandes — e vários dos pequenos — partidos políticos. A combinação de crise econômica e crise política levou ao impeachment, em

2016, da presidente Dilma Rousseff, seguido pela presidência interina do extraordinariamente impopular Michel Temer (ele mesmo implicado em investigações de corrupção) e a proibição da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devido a condenação em colegiado de segunda instância, para a disputa presidencial de 2018. Nesse contexto, Jair Bolsonaro lançou uma campanha presidencial de extrema-direita que canalizou a frustração dos brasileiros com a classe política, prometendo pôr um fim à política tradicional. Após sofrer um atentado a faca e obter um crescimento dramático nas pesquisas, Bolsonaro venceu com 55% dos votos no segundo turno. Capitão (hoje reformado) do Exército durante a ditadura militar brasileira, Bolsonaro era conhecido por sua defesa do regime militar no país — que governou de 1964 a 1985 —, bem como sua defesa entusiástica da tortura, o slogan “bandido bom é bandido morto” e o discurso de ódio contra afrodescendentes, grupos LGBTQ e povos indígenas. Quando Bolsonaro chegou ao poder em janeiro de 2019, numa onda de frustração e insatisfação popular, analistas comentavam amplamente que sua presidência poderia significar um grave perigo para a democracia brasileira.

Com dois anos e meio de mandato, há sinais de considerável erosão democrática, mas sem transição para um regime autoritário competitivo. Não foi por falta de tentativa: Bolsonaro tentou repetidas vezes submeter os outros poderes, contando com seus aliados militares.¹⁴ O fracasso de Bolsonaro causa particular surpresa dado seus pendores autoritários e o apoio de alguns setores das Forças Armadas do Brasil. O que explica sua fraqueza enquanto autoritário aspirante?

Parte da resposta reside no notoriamente fragmentado sistema partidário brasileiro. O Congresso, eleito por meio de eleições proporcionais, abriga mais de vinte partidos. Os eleitores brasileiros elegeram diretamente o presidente, mas o presidente precisa formar coalizões com múltiplos partidos para conseguir aprovar suas leis. Embora

esse sistema de presidencialismo multipartidário seja frequentemente identificado como um ponto fraco da democracia brasileira,¹⁵ pode ter sido uma fonte inesperada de resiliência nos últimos anos. Bolsonaro tem se mostrado mais interessado em ataques incendiários do que na construção de uma coalizão governista. Em 2020, ele havia esvaziado várias instituições de Estado, mas não conseguiu ocupar os cargos, e perdeu muitos de seus ministros e apoiadores iniciais no Legislativo. A trágica inépcia de seu governo na gestão da crise da Covid-19 reduziu ainda mais seu apoio no Congresso, deixando pouco espaço para os esforços de Bolsonaro de reduzir os mecanismos de controle sobre seus poderes. Em março de 2021, Bolsonaro provocou uma crise institucional ao demitir o ministro da Defesa, bem como os chefes das Forças Armadas. Diante de um cenário de aumento de casos de Covid-19, bem como da resistência do Congresso e dos governos estaduais à gestão inepta da pandemia por Bolsonaro, a decisão foi amplamente vista como um esforço para trazer nomes politicamente mais alinhados, que apoiassem o presidente. Enfrentando forte resistência dos principais líderes militares, Bolsonaro neutralizou a crise nomeando oficiais de carreira respeitados para as vagas. Alianças com algumas facções militares podem não ser o bastante para alcançar uma transição para um autoritarismo competitivo nos tempos atuais, em que os oficiais militares nas Américas parecem aceitar que eles próprios não podem chefiar um governo.

No entanto, a explicação para o fracasso de Bolsonaro em tornar suas ambições autoritárias realidade também reside na política de massas e nos movimentos sociais. Embora a popularidade de Bolsonaro tenha permanecido muito acima da popularidade de um dígito de seu antecessor interino, sua popularidade raramente ficou acima de 40% e, muitas vezes, ficou abaixo de 30%. Depois que seus oponentes sofreram perdas eleitorais, partiram para a mobilização social.¹⁶ Grupos da sociedade civil surgiram pelo país e continuam a estimular os

brasileiros a sair às ruas. Como a administração Bolsonaro zombou da pandemia da Covid-19, a sociedade civil se mobilizou para compensar as falhas do Estado. Partidos de oposição fizeram uma autocrítica e se reorganizaram, conquistando cadeiras nas eleições locais e preenchendo-as com ativistas da sociedade civil. Bolsonaro mostrou-se hábil em mobilizar grupos pouco organizados de partidários fervorosos para acampar perto do palácio presidencial em Brasília e desacatar medidas de distanciamento social. No dia 1º de maio, a equipe de Bolsonaro conseguiu organizar um dia nacional de protestos sob o slogan “eu autorizo, presidente”, demonstrando apoio aos planos de Bolsonaro de passar por cima dos governos locais. No entanto, protestos contra Bolsonaro persistem nas varandas das casas, pontuados por painéis aos gritos de “genocida!” e “assassino!”. Embora a oposição tenha evitado as manifestações de rua durante a pandemia, o tom do debate público permanece negativo em relação a Bolsonaro, de cidadãos no Twitter à comissão parlamentar de inquérito que investiga a gestão Bolsonaro na pandemia. Portanto, em contraste com Morales, Bolsonaro tem sido claro em relação a suas ambições autoritárias para o Brasil, mas não conseguiu transformá-las em realidade, tanto por seus erros quanto por uma mobilização efetiva por parte da oposição.

Desfazendo a consolidação na Bolívia

Assim que o Tribunal Constitucional da Bolívia violou o referendo popular em 2017 e liberou Morales para disputar novamente as eleições em 2019, ele usou abertamente seu cargo e os recursos do Estado para fazer campanha enquanto perseguia e limitava os partidos e candidatos da oposição, mudando ainda mais as regras do jogo a seu favor. Ao longo de sua presidência, Morales coordenou um esforço massivo para remoldar a sociedade civil e afirmar sua hegemonia sobre os vários poderes. Ainda assim, seus esforços para consolidar um regime autoritário competitivo acabou fracassando, assim como ten-

tativas similares feitas por sua sucessora Jeanine Áñez. O que aconteceu? Por que o autoritarismo competitivo não funcionou nem para a esquerda nem para a direita?

Embora Morales tenha construído inicialmente uma coalizão robusta em apoio ao desmantelamento das instituições democráticas da Bolívia, ele não foi capaz de manter o apoio ao regime autoritário que havia construído, especialmente um marcado por seu próprio governo ilimitado após o fim dos limites de mandato. Após alegações generalizadas de fraude nas eleições presidenciais de 2019 e seguidos protestos pelo país por quase três semanas, a polícia se insurgiu e aliados de longa data no Exército boliviano e sindicatos pediram publicamente a renúncia de Morales. Em 10 de novembro, Morales anunciou sua renúncia e deixou o país.

Após a renúncia de Morales, a administração Áñez, tomou o aparato repressivo instalado pela gestão anterior, mas também foi incapaz de consolidar um regime autoritário competitivo.¹⁷ Em ambos os casos, grupos dissidentes da sociedade civil altamente organizados reverteram a consolidação do regime, levando à realização de eleições livres e justas em outubro de 2020.

Até a presente data, pesquisas costumam olhar para os momentos iniciais de regimes autoritários competitivos que sucederam autocracias plenas, quando líderes autoritários estrategicamente decidem realizar eleições. A instauração de um regime autoritário competitivo sucedendo uma democracia envolve dinâmicas diferentes. Uma transição inicial exige que os líderes com ambições autoritárias estabeleçam práticas e instituições que mexam com as condições de igualdade do jogo eleitoral, mantendo o apoio das elites, da sociedade civil e das massas. A estabilização subsequente do regime, por sua vez, envolve a construção de instituições formais e informais para dividir o poder e os cargos, mantendo apoio político suficiente para um projeto autoritário competitivo emergente. O chefe do executivo terá limite

de mandato ou poderá se reeleger indefinidamente? Como o círculo interno do regime escolherá futuros candidatos presidenciais? Qual o papel de grupos como os partidos políticos e as forças armadas no regime? Tais questões tendem a permanecer abertas na transição ao autoritarismo competitivo. Embora as respostas possam levar décadas para surgir, regimes autoritários competitivos estáveis precisam encontrar respostas preliminares: o compartilhamento institucionalizado do poder é fundamental para a política autocrática.¹⁸

Um problema central da consolidação é que o processo de construção de apoio pode alienar segmentos da coalizão inicial do autoritário aspirante. Como as manobras necessárias para consolidar um regime autoritário competitivo — como a eliminação dos limites de mandato ou os acordos com os militares — são inerentemente controversas em um regime que se diz democrático, essas ações geram conflitos. Grupos da sociedade civil organizada, sejam antagonistas de longa data ou antigos aliados desiludidos, estão bem-posicionados para atrapalhar os processos de consolidação.¹⁹ Movimentos de oposição e amplas manifestações podem corroer o apoio eleitoral das massas para o autocrata em um momento crítico. Também podem desestabilizar os outros dois pilares do autoritarismo competitivo, levando elites políticas e forças de segurança — cujo apoio já pode estar oscilando — a romper com o autocrata.

A queda de Morales ilustra essa dinâmica. Sua coalizão governista se desfez após a decisão do Tribunal Constitucional, resultando em tensões importantes entre aliados próximos.²⁰ Líderes de movimentos sociais, que haviam apoiado Morales, começaram a abandoná-lo. Morales substituiu o ministro das Relações Exteriores e aliado de longa data David Choquehuanca, que havia se tornado um ator crítico da administração. Organizações de oposição conquistaram aliados com esse êxodo, e se juntaram em movimentos mais amplos sob os slogans “21F” (21 de fevereiro) e “Bolívia disse não”. Manifestantes

nas ruas exortavam os bolivianos a questionar a legitimidade das cortes votando nulo nas eleições do Judiciário de 2017, o que foi feito por 51% dos eleitores. Esses movimentos posteriormente serviram de plataforma para as manifestações eleitorais de 2019, que pressionaram Morales a renunciar.

A eleição presidencial de 2019 foi muito mais apertada do que as três eleições anteriores, e Morales não conseguiu conquistar uma maioria clara. O crescimento da oposição, que havia acusado Morales de usar os recursos do Estado na campanha, mobilizaram manifestações na primeira sugestão de fraude eleitoral. Estudantes, médicos, grupos indígenas e mineradores uniram-se em protestos noturnos por todo o país, pedindo a renúncia de Morales. Os protestos explodiram quando policiais de carreira se insurgiram e observadores internacionais que acompanharam as eleições denunciaram a existência de servidores inseguros que haviam transmitido os dados ao sistema de contagem de votos do tribunal eleitoral, entre outras irregularidades no processo eleitoral.

A insurgência policial expôs fissuras em outro pilar da coalizão: as forças de segurança, das quais Morales havia se afastado durante os últimos anos de sua presidência. Embora Morales houvesse buscado fortalecer sua relação com os militares oferecendo uma mistura de recursos e benesses do Estado, em última análise ele foi incapaz de manter o apoio do alto comando, em parte por conta da fraca coesão da instituição e erros de cálculo do próprio Morales. Em 10 de novembro de 2019, após o chefe das Forças Armadas da Bolívia sugerir que ele deixasse o poder, Morales renunciou, revelando a fragilidade da coalizão que emergiu após 2017 e aprofundou fraturas existentes dentro do partido. A maioria dos políticos nacionais e muitos políticos locais do MAS, incluindo todos os representantes eleitos na linha de sucessão prevista pela Constituição, também renunciaram. O vácuo de poder resultante levou à ascensão da senadora de oposição e segunda vice-presidente do Senado Jeanine Áñez como presidente interina.²¹

O mesmo Tribunal Constitucional que havia abolido os limites de mandato decretou que Áñez poderia suceder constitucionalmente Morales como presidente interina, já que todos os demais nomes da linha de sucessão haviam renunciado. Áñez rapidamente tentou construir uma coalizão governista nomeando proeminentes aliados de direita para seu gabinete e se alinhando com os eleitores evangélicos, o único bloco de eleitores que ainda não possuía ligação com algum partido político. Áñez, no entanto, era de um pequeno partido regional de oposição, não tendo pertencido ou liderado uma grande coalizão, e não possuía ligações com grandes organizações da sociedade civil. A administração Áñez conseguiu se apropriar do poderoso Executivo e do aparato estatal repressivo que Morales havia construído. Ela então buscou gerir a crise eleitoral e os movimentos de protesto enviando os militares às ruas e permitindo que a polícia abrisse fogo contra os manifestantes nas cidades de Senkata e Sacaba. A administração Áñez usou o Sistema Judiciário politizado para prender e julgar membros da administração Morales que não haviam deixado o país. Quando a Bolívia foi afetada pela Covid-19, Áñez mobilizou poderes especiais para preparar uma resposta nacional rápida, impor lockdowns e adiar eleições após anunciar sua candidatura.

Apesar de controlar os recursos estatais, Áñez não foi capaz de formar uma ampla coalizão governista. Após um aumento de popularidade devido a suas ações decisivas no início da pandemia, ela foi alvo de críticas generalizadas por anunciar sua candidatura presidencial e logo adiar as eleições, bem como por escândalos de corrupção na distribuição de suprimentos médicos. Organizações da sociedade civil e eleitores do MAS desafiaram as regras de lockdown para exigir eleições e denunciar a má-gestão da crise sanitária. À medida que a pandemia se arrastava, Áñez adiou novamente as eleições e os bolivianos mais uma vez desafiaram as restrições de circulação em massa para protestar contra a decisão. Os protestos diminuíram somente após

Áñez concordar em realizar eleições, marcando-as para 18 de outubro de 2020.

Áñez indicou um tecnocrata politicamente independente e amplamente respeitado, Salvador Romero, para acompanhar as eleições de outubro. Os candidatos tiveram apenas seis semanas para fazer campanha sob as restrições sanitárias, mas, com Áñez finalmente tendo decidido não disputar as eleições, os bolivianos consideraram o processo eleitoral justo. O ex-ministro da Economia e Finanças Públicas, Luis Arce, disputou pelo MAS junto com o ex-ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca, e venceu as eleições com uma maioria acima do esperado. Observadores celebraram as eleições de outubro de 2020 como um retorno à democracia e uma nova e mais competitiva era para o MAS.

O autoritarismo competitivo na Venezuela

Durante os primeiros anos da Quinta República da Venezuela (2000-2006), Chávez e seu movimento pela revolução bolivariana progressivamente minaram as instituições democráticas e criaram condições desfavoráveis para oponentes políticos, completando uma transição para um autoritarismo competitivo.²² Diferentemente da Bolívia, esse regime sobreviveu por múltiplos ciclos eleitorais sob a liderança de Chávez (que morreu de câncer em 2013) e seu sucessor menos carismático, Maduro. O novo regime conseguiu resolver disputas em torno dos limites de mandato do Executivo — e, portanto, da sucessão ditatorial — e definiu um papel mais amplo para os militares no governo. Estabelecer e institucionalizar uma coalizão para o projeto autoritário, com expectativas relativamente claras sobre como os espólios políticos deveriam ser divididos, tem sido fundamental para a sobrevivência do regime.

As reformas mais ambiciosas de Chávez, no entanto, sofreram resistência por parte de uma emergente coalizão de oposição. Após

o triunfo na eleição presidencial de 2006 e início de seu segundo e, como previa a Constituição, último mandato, Chávez agiu rapidamente para eliminar os limites do mandato presidencial. No ano seguinte ele empacotou a mudança junto com uma série de outras mudanças constitucionais, muitas descritas como necessárias para o projeto ideológico do governo de construir o “socialismo do século 21”. Ao fim, o governo propôs 69 reformas constitucionais que seriam votadas em dois blocos em um referendo nacional. Essa estratégia saiu completamente pela culatra. Ao combinar o fim dos limites de mandato com outras medidas impopulares, o governo inadvertidamente provocou uma ampla coalizão de oposição ao referendo, incluindo importantes desertores tanto da elite política chavista quanto das Forças Armadas, e abriu espaço para a resistência popular. A ala mais proeminente da campanha do “não” foi um movimento estudantil que organizou manifestações nacionais regulares contra o referendo, que foi amplamente reconhecido como tendo um papel decisivo em sua derrota.²³ Atores mobilizados da sociedade civil não apenas minaram o apoio popular ao regime em um momento crucial como, ao fazê-lo, ajudaram a criar as condições que facilitaram a deserção do regime, enfraquecendo os outros pilares do autoritarismo competitivo.

Chávez aprendeu com esse erro. A segunda tentativa da administração de remover os limites de mandato do Executivo via referendo foi uma proposta isolada, e removia os limites de mandato para todos os cargos eletivos, não apenas do presidente. Essa formulação gerou uma aceitação mais ampla de outros atores políticos e representantes eleitos, especialmente os muitos prefeitos e governadores chavistas que agora poderiam sonhar com sinecuras eternas. O governo também lançou uma importante iniciativa para conquistar o apoio de jovens e estudantes universitários, formando uma ala jovem do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) como contrapeso ao movimento estudantil de protesto. Essa iniciativa foi a última de um padrão

estabelecido — iniciando pelo programa dos círculos bolivarianos, continuando por meio de outras iniciativas como os Conselhos Comunitários — do governo de usar a mobilização social e o patrocínio de movimentos da sociedade civil pró-regime não apenas para construir apoio, mas também para confrontar diretamente ameaças de oposição da sociedade civil como um todo. Com essas mudanças estratégicas, havia menos oportunidade para opositores organizados saírem às ruas. Os protestos foram relativamente tímidos comparados com 2007, o comparecimento e o entusiasmo entre a base chavista eram muito maiores, e esse referendo foi aprovado facilmente com o apoio de 55% dos eleitores.

Aspectos cruciais do novo regime — como o Poder Executivo seria acessado e o horizonte de tempo do atual líder autoritário — foram, portanto, institucionalizados em 2009. Essas mudanças, obviamente, não foram os únicos aspectos importantes da consolidação do regime nesses anos. Outro importante passo para a consolidação do apoio da elite foi a criação do próprio PSUV em 2007. Chávez consolidou ainda mais sua prática informal de preencher praticamente metade de seu gabinete com militares da ativa e da reserva, de tal forma que se desenvolveu um sistema informal de divisão de espólios no qual diferentes facções do movimento bolivariano recebiam regularmente cargos importantes dentro do governo. Esses processos multifacetados de consolidação de regime autoritário ocorreram em um contexto no qual o governo tomava grandes medidas para controlar e moldar a sociedade civil para que as ameaças da oposição não se tornassem destabilizadoras. E esse processo de consolidação, além dos constantes investimentos do governo em mobilização social e sociedade civil por meio de iniciativas como as Unidades de Batalha de Hugo Chávez, ajudaram o regime a sobreviver aos grandes desafios dos anos mais recentes, em particular a morte de Chávez e a implosão econômica que teve início em 2015 e persiste até hoje.

O malabarismo do autocrata

Como esses três casos demonstram, os autocratas precisam construir cuidadosamente amplas coalizões entre as elites políticas, as forças de segurança e a sociedade civil para fazer um regime autoritário competitivo dar certo. Para entender por que alguns líderes autoritários conseguem instaurar autocracias estáveis enquanto outros tentam e fracassam, precisamos focar não apenas nos autocratas ambiciosos, mas nas estratégias vindas desses setores. Em particular, as ações e capacidades da sociedade civil possibilitam ou restringem as aspirações de um autocrata em potencial. A sociedade civil organizada pode ajudar autoritários aspirantes a instituir e estabilizar um governo autoritário, atestando a legitimidade do líder e diminuindo as chances de sucesso eleitoral ou de resistência das elites. Os cidadãos nas ruas de La Paz e Caracas desempenharam esses papéis na Bolívia de Evo Morales e na Venezuela de Hugo Chávez. Mas a sociedade civil também pode atrapalhar esses processos de transição e estabilização, como visto após a eleição de 2019 na Bolívia e no Brasil de Bolsonaro. Simultaneamente apaziguar legisladores, generais, elites econômicas e outras organizações é um impressionante número de malabarismo — que uma sociedade civil organizada pode interromper em momentos cruciais. Na Bolívia, tentativas da esquerda e da direita de consolidar um regime autoritário falharam devido à ação coordenada de movimentos sociais de partidos políticos.

O exemplo boliviano mostra que a erosão de um regime não significa necessariamente o estabelecimento de outro. Após o colapso de um regime autoritário competitivo incipiente, o que segue? Dados os desanimadores desafios de coalizão enfrentados por regimes autoritários competitivos em potencial, não é de se admirar que muitos não consigam se consolidar.

A experiência da Bolívia sugere ser possível que uma série de governos ensaie por anos, sem nunca conseguir cumprir os critérios mí-

nimos de uma democracia e nem construir uma coalizão capaz de institucionalizar regras não democráticas para conquistar o poder. Após as eleições livres e justas de outubro de 2020, a natureza do governo na Bolívia permanece incerta. No momento da elaboração deste artigo, a administração Arce está trabalhando para construir uma coalizão com a sociedade civil, as elites políticas e as forças de segurança, ao mesmo tempo em que aliena organizações da sociedade civil pró-democracia e figuras políticas importantes que recentemente deixaram o MAS. Ao mesmo tempo, seus aliados mais próximos se opõem a suas indicações ministeriais, e os partidos políticos e organizações da sociedade civil nas principais cidades estão protestando contra a recente prisão de Áñez e membros de seu governo. À medida que os protestos continuam, a sociedade civil pode se contrapor às manobras autoritárias e construir coalizões pró-democracia com forças de segurança e elites políticas, exercendo o controle sobre membros do Executivo. Assim como o apoio da sociedade civil, das elites políticas e das forças de segurança fazem o autoritarismo competitivo dar certo, uma coalizão desses autores também pode trazer a sociedade de volta à democracia.

Notas

1. Nossa conceitualização baseia-se em Steven Levitsky; Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War* (Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2010).

2. Levitsky; Way, op. cit.; Valerie J. Bunce; Sharon L. Wolchik, *Defeating Authoritarian Leaders in Postcommunist Countries*. Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 2011.

3. Para uma discussão sobre o papel da incerteza em regimes democráticos e autoritários competitivos, ver Levitsky; Way, op. cit., p. 13; Adam Przeworski, *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991); Andreas Schedler, *The Politics of Uncertainty: Sustaining and Subverting Electoral Authoritarianism* (Oxford: Oxford University Press, 2013); Susan D. Hyde; Nicolai Marinov, “Which Elections Can Be Lost?”. *Political Analysis*, v. 20, n. 2, pp. 191-210, primavera de 2012.

4. Levitsky; Way, op. cit., p. 7.

5. Para uma visão geral das dificuldades com o conceito de consolidação democrática, ver Andreas Schedler, “What is Democratic Consolidation?”. *Journal of Democracy*, v. 9, n. 2, pp. 91-107, abr. 1998.

6. Por exemplo, Juan J. Linz; Alfred C. Stepan (Org.), *The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown and Reequilibration* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978).

7. Arturo Valenzuela, *The Breakdown of Democratic Regimes: Chile*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 81-82.

8. Nancy Bermeo, “On Democratic Backsliding”. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 1, pp. 5-19, jan. 2016.

9. Por exemplo, Steven Levitsky; Daniel Ziblatt, *How Democracies Die* (Nova York: Crown, 2018) [Ed. bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018]; Laura Gamboa, “Opposition at the Margins: Strategies Against the Erosion of Democracy in Colombia and Venezuela”. *Journal of Comparative Politics*, v. 49, n. 4, pp. 457-77, jul. 2017; Matthew R. Cleary; Aykut Öztürk, “When Does Backsliding

Lead to Breakdown? Uncertainty and Opposition Strategies in Democracies at Risk”. *Perspectives on Politics*, online, 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1537592720003667>>; Tom Ginsburg; Aziz Huq, *How to Save a Constitutional Democracy* (Chicago: University of Chicago Press, 2018).

10. Sebastian Hellmeier; Nils B. Weidmann, “Pulling the Strings? The Strategic Use of Pro-Government Mobilization in Authoritarian Regimes”. *Comparative Political Studies*, v. 53, n. 1, pp. 71-108, jan. 2020; Grzegorz Ekiert; Elizabeth J. Perry; Xiaojun Yan (Org.), *Ruling by Other Means: State-Mobilized Movements*. Nova York: Cambridge University Press, 2020; Sam Handlin, “Mirroring Opposition Threats: The Logic of State Mobilization in Bolivarian Venezuela”. In: Grzegorz Ekiert et al. (Org.), op. cit., pp. 217-38.

11. Carmen Medeiros, “Civilizing the Popular? The Law of Popular Participation and the Design of a New Civil Society in 1990s Bolivia”. *Critique of Anthropology*, v. 21, n. 4, pp. 401-25, dez. 2001; Xavier Albó, *Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*. La Paz: Cipca, 2008; Santiago Anria, *When Movements Become Parties: The Bolivian MAS in Comparative Perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 2018; Santiago Anria, “Democratizing Democracy? Civil Society and Party Organization in Bolivia”. *Comparative Politics*, v. 48, n. 4, pp. 459-78, jul. 2016; Carew Boulding, *NGOs, Political Protest, and Civil Society*. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

12. Santiago Anria, “Delegative Democracy Revisited: More Inclusion, Less Liberalism in Bolivia”. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, pp. 99-108, jul. 2016; Santiago Anria; Jennifer Cyr, “Inside Revolutionary Parties: Coalition-Building and Maintenance in Reformist Bolivia”. *Comparative Political Studies*, v. 50, n. 9, pp. 1255-1287, ago. 2017; Moira Zuazo, “Los Movimientos Sociales en el Poder?”. *Revista Nueva Sociedad*, n. 227, maio-jun. 2010. Para uma extensa discussão sobre como o MAS enfraqueceu a democracia concentrando poder, ver Raúl L. Madrid, *The Rise of Ethnic Politics in Latin America* (Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2012).

13. Linda Farthing. “An Opportunity Squandered? Elites, Social Movements, and the Government of Evo Morales”. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 1, pp. 212-29, jan. 2019; Leonidas Oikonomakis; Fran Espinosa, “Bolivia: MAS and the Movements that Brought it to State Power”. In: Richard Stahler-Sholk, Harry E. Vanden; Marc Becker (Org.), *Rethinking Latin American Social Movements: Radical Action from Below*. Lanham, Maryland (Estados Unidos): Rowman and Littlefield,

2014, pp. 261-80; Carlos de la Torre, “In the Name of the People: Democratization, Popular Organizations, and Populism in Venezuela, Bolivia, and Ecuador”. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 95, pp. 27-48, out. 2013.

14. Para uma discussão mais ampla dos ataques de Bolsonaro a outros poderes e falhas de governança, ver Amy Erica Smith, “Covid vs. Democracy: Brazil’s Populist Playbook”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 4, pp. 76-90, out. 2020. [Ed. bras.: “Acartilha populista brasileira”. *Journal of Democracy em Português*, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>].

15. Scott Mainwaring, “Presidentialism, Multipartyism, and Democracy: The Difficult Combination”. *Comparative Political Studies*, v. 26, n. 2, pp. 198-228, jul. 1993.

16. Rebecca Neaera Abers; Federico M. Rossi; Marisa von Bülow, “State–Society Relations in Uncertain Times: Social Movement Strategies, Ideational Contestation and the Pandemic in Brazil and Argentina”. *International Political Science Review*, v. 42, n. 3, pp. 333-349.

17. Graduate Center of Development Sciences at the University of San Andres (CIDES), “Professors in La Paz Call on International Academics to Prioritize Peace, Reconciliation”. In: Sinclair Thomson et al. (Org.). *The Bolivia Reader: Voices on the Political and Social Crisis Following the October 2019 Elections in Bolivia*. Burlington, Vermont (Estados Unidos): Toward Freedom, 2020, pp. 36-37.

18. Por exemplo, ver Beatriz Magaloni, “Credible Power Sharing and the Longevity of Authoritarian Rule”. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 4-5, pp. 715-41, abr. 2008; Jennifer Gandhi, *Political Institutions Under Dictatorship* (Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2008); Lisa Blaydes, *Elections and Distributive Politics in Mubarak’s Egypt* (Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2010); Milan W. Svobik, *The Politics of Authoritarian Rule* (Cambridge, Reino Unido, Cambridge University Press, 2012).

19. Masaaki Higashijima, “Do Contentious Elections Overthrow Leaders?”. In: Pippa Norris; Richard W. Frank; Ferran Martínez i Coma (Org.), *Contentious Elections: From Ballots to Barricades*. Londres: Routledge, 2015, pp. 65-85.

20. Miguel Centellas, “Bolivia in 2017: Headed into Uncertainty”. *Revista de Ciencia Política*, v. 38, n. 2, pp. 355-360, jul.-ago. 2018; Linda Farthing, op. cit., pp. 212-29.

21. Santiago Anria; Kenneth Roberts, “Bolivia after Morales: What Lies in Store for the Country?”. *Foreign Affairs*, 21 nov. 2019; Sinclair Thomson et al., op. cit.

22. Samuel Handlin, *State Crisis in Fragile Democracies: Polarization and Political Regimes in South America*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2017.

23. Ryan Brading, “The Anti-Bolivarian Student Movement: New Social Actors Challenge the Advancement of Venezuela’s Bolivarian Socialism”. *Asian Journal of Latin American Studies*, v. 25, n. 3, pp. 23-46, 2012.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>